

AS REAÇÕES À CONSTITUINTE

Patroas e domésticas já brigam por direitos

“Não há motivos para comemorar”, adverte a presidente da Associação das Donas-de-Casa do DF, Vera Sant’Anna. “O que eu realmente gostaria de saber é das garantias das patroas, porque vai demorar um pouco até que as relações entre patroas e empregadas domésticas venha a ser meramente profissional. E preciso que as empregadas se conscientizem que a conquista de seus direitos devem estar associados suas qualificações e atribuições”.

A posição de Vera Sant’Anna, apesar de um tanto radical, antecipa algumas dificuldades que as empregadas domésticas terão a partir da promulgação da nova Constituição. Mesmo que não aconteça uma retração do mercado de trabalho, certamente as patroas estarão mais exigentes, querendo ter certeza das qualidades da profissional que irá contratar. Isto, porém, não intimida a presidente da Associação das Empregadas Domésticas, Ana Maria Dagoberato, que afirma: “É um preço que teremos que pagar”.

Convicta, ela diz que, mesmo com a suposta mordomia que as empregadas têm, a oferta de mão-de-obra vem se retraindo. “Esta é apenas nossa primeira vitória”, anuncia. “Não basta

ser lei, é preciso que nosso direitos sejam cumpridos e por isto partiremos para a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Doméstica (Senad)”.

A iniciativa da Associação das Empregadas Domésticas conta com o apoio da Secretaria de Trabalho do DF, que marcou para amanhã a primeira reunião para discutir o assunto. O objetivo é iniciar o projeto por Brasília e depois expandi-lo aos demais estados. “Precisamos encurtar a distância entre a realidade de uma casa de sapê e a necessidade de termos que lidar com a tecnologia dos eletrodomésticos”, sustenta Ana Maria Degoberto.

APOIO

O reconhecimento da profissão e os consequentes direitos das empregadas domésticas, de uma maneira geral, são vistos como mais uma conquista da mulher, que trabalha. Marta Cury, presidente da Associação de Mulheres Profissionais e de Negócios de Brasília, diz que a decisão do plenário da Constituinte apenas reconheceu uma situação que já existia de fato. “A maioria já eram direitos adquiridos”, justifica. “Além disso todos os direitos assegurados

as mulheres — não importa se empregada doméstica ou não — são extremamente importantes”.

Para ela é absolutamente necessário que a partir de agora a categoria das domésticas busque a profissionalização com muito afinco e dedicação, “mudando a imagem de que doméstica é aquela mulher que não consegue outro tipo de emprego”.

LUTAS

Atualmente, um quarto da mão-de-obra feminina ativa do País é constituída de empregadas domésticas. E com base neste dado que a presidente da Associação das Empregadas Domésticas de Brasília acredita no sucesso de novas lutas, como a sindicalização, licença remunerada a gestante, jornada de trabalho pré-determinada, seguro contra acidentes e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

“No futuro todos estes pontos serão objeto de lei ordinária. O importante é que conseguimos uma vitória importante, graças a nossa mobilização e ao apoio das deputadas Benedita da Silva (PT-RJ) e Maria de Lourdes (PFL-DP)”.

O QUE DIZ A POPULAÇÃO

Dagmar Silva, dona-de-casa



“É interessante desde que a profissional tenha competência. Atualmente não existe mão-de-obra especializada e a principal consequência é que temos que pagar caro depois ir para a cozinha. Além disso temos que ter muito cuidado porque ao invés de estarmos contratando uma empregada, podemos estar arrumando um problema para dentro de casa”.

Lucimar Alves, estudante



“Acho válido o reconhecimento da profissão e dos seus direitos. Não creio que isto trará maiores dificuldades na relação entre patroas e empregadas, mas poderá dificultar o acesso ao mercado de trabalho na medida em que, havendo mais direitos, haverá maiores responsabilidades. Não sei se as empregadas domésticas estão prontas para isto”.

Nelton Bittencourt Filho



“Acho positivo porque já pago salário mínimo, férias e 13º salário. Acredito que o reconhecimento da profissão vai restringir o mercado, pois elas não querem ser empregadas domésticas; querem, isto sim, trabalhar no Jumbo, nas Lojas Brasileiras, ganhar quase a mesma coisa e ainda ter que se submeter a uma série de constrangimentos. Além disso, 90 por cento delas não são habilitadas; sequer sabem cortar um frango”.



Vera diz que as novas leis podem limitar o mercado mas Ana Maria já quer o sindicato



Gleomédio Alto, funcionário público



“Acho uma boa. Tudo o que é para beneficiar o trabalhador é positivo. Não se deve evitar o que traz benefícios à população. Acredito que não haverá restrição da oferta de mão-de-obra e os patrões, ao contratar, vão ter melhores condições de saber das qualidades da empregada”.

Léo Monteiro, advogado



“Acho que não só as domésticas, como todos nós, tínhamos que ter nossos direitos aprovados. Nada mais justo do que o reconhecimento da profissão”.

Cecília Pires, jornalista



“Na prática isto já vinha se consolidando. Garantir na Constituição é justo, pois o reconhecimento dos direitos não podia ficar a critério das patroas”.

ANC X

ANC